

No Consun de 27/3, a reitora Maria Amália Andery informou aos conselheiros que a tramitação do estatuto está sendo efetivada pelo Grão-Chanceler D. Odilo Scherer. A professora esclareceu que o Conselho Superior da Fundasp tomou conhecimento em fevereiro do texto aprovado pelo Consun e pediu esclarecimentos. Depois do carnaval foi marcada outra reunião onde foi votada uma nova formulação, com emendas propostas pelos bispos e em seguida o texto foi enviado a Roma para aprovação final.

Até que o papa autorize a implantação do novo estatuto o texto não deverá ser divulgado pela reitora à comunidade. Amália acredita que este processo termine ainda no primeiro semestre.

Questionada sobre a manutenção dos princípios estabelecidos pelo Consun, a reitora disse que os quatro grandes eixos debatidos foram preservados, porém sofrerão modificações. De uma maneira geral a autonomia universitária foi garantida, bem como a estrutura colegiada da universidade e a estrutura organizacional da Reitoria. Quanto à manutenção dos departamentos a professora informou apenas que está garantida no estatuto uma representação efetiva dos professores, sem se pronunciar claramente sobre a continuidade dos departamentos.

A reitora mostrou sua preocupação com as próximas eleições para chefias departamentais e ordenações, uma vez que, com o

CONSUN REITORA INFORMA QUE ESTATUTO JÁ FOI PARA APROVAÇÃO EM ROMA

novo estatuto essas estruturas deverão sofrer alterações. Foi feita então uma consulta a D. Odilo sobre possíveis caminhos e o cardeal sugeriu uma prorrogação de mandato dos atuais chefes e coordenadores, até que o novo estatuto seja implantado e novos cargos e funções sejam estabelecidos. A reitora achou razoável a proposta e levantou a hipótese de uma prorrogação de seis meses dos atuais mandatos.

A expectativa da reitora é que o texto seja aprovado até maio quando então virá ao Consun. Essa tramitação, porém revela um grande perigo para a universidade que corre o risco de ter um texto base totalmente alheio à sua realidade, algo bem diferente das propostas levantadas pela comunidade nas audiências públicas onde a democracia e a transparência

ficavam patentes quando se propunha um processo estuante.

BALANÇO

Outro ponto de pauta que demandou uma longa discussão foi a apresentação pela Fundasp do balanço 2018 da PUC-SP. Cabe ao Consun apreciar o documento sem interferir em seu conteúdo. O contador da Fundasp apresentou o balanço ressaltando antes os investimentos feitos nos diversos campi da universidade. O resultado líquido apresentou um saldo positivo de R\$ 35 milhões, contra R\$ 23 milhões de 2017. Embora os gastos com pessoal tenham diminuído para cerca de 69,25% da arrecadação (contra 70% de 2017), a arrecadação dos três segmentos da PUC-SP, graduação, pós e educa-

ção continuada, tiveram uma pequena queda. A dívida bancária da PUC-SP foi redimensionada, devendo diminuir nos próximos anos, o endividamento fiscal permanece elevado, diluído porém no longo prazo.

Os conselheiros questionaram a forma como os investimentos são aplicados, reivindicando uma maior participação da comunidade na eleição de possíveis aplicações de recursos na universidade. Já o professor Antonio Correa de Lacerda, da FEA, pediu que, mantido o sigilo necessário, os futuros balanços sejam enviados aos conselheiros para uma análise preliminar, antes da apreciação pelo conselho.

SOLIDARIEDADE AO PADRE JÚLIO

A professora Madalena Peixoto, da Faculdade de Educação, lembrou as ameaças que foram feitas ao padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua e ex-conselheiro do Consun, pela sua defesa dos menos favorecidos, em especial neste momento os moradores da Favela do Cimento. Os conselheiros aprovaram por unanimidade a redação em nome do Conselho de uma nota de solidariedade ao padre e a todos aqueles que hoje se encontram em situação de risco pelo clima hostil instaurado no país.

LEMBRAR É RESISTIR.

1964 NUNCA MAIS !

Funcionários já têm um novo Acordo Interno de Trabalho

A AFAPUC e a Fundação São Paulo (Fundasp) celebraram na sexta-feira, 23/3, um novo Acordo Interno de Trabalho com validade até 29/2/2020. A negociação foi marcada pela difícil situação política que o país enfrenta, onde um governo entreguista tenta liquidar com os direitos dos trabalhadores. Tanto na negociação dos funcionários como na negociação com os professores o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, iniciou as suas falas revelando o temor de que uma crise política como a que se avizinha se transforme em crise econômica com graves consequências para a universidade.

Dessa maneira a Fundasp optou por uma negociação mais conservadora na qual os itens sujeitos a correção monetária, como vale-alimentação, auxílio-escola, auxílio-funeral e adiantamento salarial ficassem com os valores atuais. Os funcionários aceitaram a limitação, porém exigiram que a redação dessas cláusulas mantivesse a indexação com as mensalidades da PUC-SP, para que a negociação de 2020 possa retomar o reajuste. A Fundasp aceitou a ponderação dos funcionários e os itens voltarão à discussão de reajuste em 2020.

Outras modificações propostas pela Fundasp, foram em relação à complementação salarial em caso de

doença e acidente e a estabilidade aos funcionários em vias de aposentadoria. No primeiro caso no acordo 2018/2019 o funcionário ou professor que se afastasse em razão de doença ou acidente recebia a diferença entre seu salário e o benefício do INSS na razão de 100% nos seis primeiros meses e 50% nos seis subsequentes. Na negociação com a APROPUC a Fundasp propunha inicialmente redução para 100% nos três primeiros meses e 50% nos três meses subsequentes, ou seja, uma diminuição de 50% da verba inicial. Nas rodadas subsequentes chegou-se a uma proposta que contemplava 100% nos três primeiros meses, 75% do quarto ao sexto mês, 50% do sétimo ao nono e 25% do décimo ao décimo segundo mês de afastamento. O que acabou valendo para AFAPUC também.

Já para a cláusula de garantia de emprego aos funcionários em vias de aposentadoria, a Fundasp diminuiu o período de 36 para 24 meses, equiparando o acordo interno da PUC-SP à convenção da SAAESP.

Em ambos os casos os funcionários levantaram objeções no sentido de preservar aqueles trabalhadores que já estavam gozando desse benefício anteriormente ao atual acordo. Assim, por exemplo, quem comprovou a situação de estabilidade



STHEFANE MATTOS

Diretoria da AFAPUC celebra o acordo interno junto com a Fundasp

antes de 28/2, continuar a ter o direito de 36 meses de estabilidade. Da mesma forma aqueles funcionários que estivessem recebendo a complementação salarial por razão de doença ou acidente não deveriam ter modificação de seu benefício.

Embora a Fundasp preferisse não colocar a decisão como cláusula do acordo, padre Rodolpho concordou com o pleito dizendo que "não seria mesquinho a ponto de não conceder um direito já conquistado pelo funcionário".

Para a AFAPUC o novo texto, em que pese a redução parcial de alguns direitos dos funcionários, representa uma vitória na medida em que consegue manter um acordo bem acima dos patamares de outras instituições de ensino. Por outro lado, a atual negociação acende uma luz vermelha no horizonte dos funcionários que terão que se mobilizar muito nos próximos anos

para evitar que as conquistas históricas da categoria virem pó.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A Fundasp também comunicou aos funcionários que estará aceitando até esta semana os pedidos de desconto em folha da contribuição sindical. Para isto o funcionário deverá preencher o pedido que está no site da AFAPUC e entregá-lo à Divisão de Recursos Humanos.

O governo do ex-capitão Jair Bolsonaro, numa tentativa de esvaziar os sindicatos emitiu Medida Provisória impondo a cobrança por meio de boletos. Porém os sindicatos estão conseguindo liminares questionando a constitucionalidade da MP. Nesse sentido a PUC-SP também irá descontinuar a contribuição em folha de pagamento através da anuência do funcionário.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Sthefane Mattos

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba, Victoria C. Weichtordt, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

Apropuc: Rua Barreira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br – PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

Vanguarda do atraso: dose tripla do mesmo whisky, que ressaca!

Os movimentos conservadores e reacionários encontram-se numa fase nostálgica, datada na história, permeada de pensamentos retrógrados, em que ditadura militar, fascismo e nazismo transformaram-se marco zero da fantasia política do autoritarismo. Esse sentimento nostálgico aportou no governo Bolsonaro por meio do desejo de celebração do golpe de 1964 e nas figuras dos três patetas: Paulo Guedes, Ricardo Velez, marionete do astrólogo e a idiossincrática ministra da família Damares Alves. Dose tripla do mesmo whisky, que ressaca!

O discurso ideológico olaviano predominante no ministério da educação tem como embrião a doutrina Bush, que, após os atentados de 11/9, resgatou comportamentos psicopatológicos da guerra fria, alicerçados na doutrina Truman, que, por sua vez, era o requentar da doutrina Monroe. Os três pilares desse dogmatismo são: todo pensamento contrário aos interesses americanos é considerado terrorista; a guerra contra o terror não poderá ser ganha na defensiva; por fim, torna-se necessário o uso da força para dissuadir os adversários. Enfim, o consenso é violento.

Esses dogmas foram elaborados no documento "A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos" durante o governo Bush em 2002. Impulsionaram o lema do "livre comércio e livre mercado" que seriam as prioridades chave da estratégia de segurança nacional. Por isso, esse modelo econômico neoliberal precisa da intervenção estatal para adquirir legitimidade "com a mão pesada do governo".

No fundo do quintal da América Latina resgataram essa fantasia burlesca do neoliberalismo nas personificações de Mauricio Macri (AR), Bolsonaro (BR) e Sebastian Piñera (CL) disseminadores das manifestações dogmáticas do ódio político como ferramenta de criar caos, medo e terror.

O Estado brasileiro assumiu a faceta do que tem de pior da doutrina do antiterror, em que na ausência de inimigos externos tornou-se autofágico. O Eixo do Mal personificado nos movimentos sociais (MST e MTST principalmente), centrais sindicais, movimentos de combate à intolerância contra negros, mulheres, homossexuais, grupos de resistências culturais e intelectuais. Por fim, ódio às populações pobres, periféricas desempregadas ou subempregadas. Remete-se ao legado escravocrata e seu imperativo da opressão, com sua mania de mandar e tyrannizar. Lembra-nos da equação nacional de Oswald de Andrade "O Brasil é o país de escravos que teimam em ser homens livres. É essa toda a nossa tragédia".

No campo econômico, Paulo Guedes retorna ao laboratório do neoliberalismo aplicado pela escola de

Chicago no Chile durante a ditadura do Pinochet. Lá, somente pela repressão violenta aos direitos civis por meio da teoria do choque econômico, seria possível aplicar esse dogma político-econômico denunciado em "A doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre", de Naomi Klein.

A Escola de Chicago se pauta pela teoria neoclássica de formação de preços e do liberalismo econômico que criou o fundamentalismo do livre mercado e seus pilares: disciplina fiscal, redução de gastos públicos, reforma tributária, juros e câmbio de mercado, investimento estrangeiro direto com eliminação de qualquer restrição, privatização das estatais, direito à propriedade intelectual, desregulamentação com afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas. Essas regras econômicas tornaram-se mandamentos divino-econômicos, em que seus Messias se orientam como profetas enviados por "Deus-capital". Entretanto, essa matriz do Consenso de Washington e suas recomendações tornaram-se inócuas com a crise econômica de 2008, que, como efeito dominó, quebraram as economias nacionais. Consequentemente, aumentou drasticamente a população mundial dos perdedores globais, pois devastou as entranhas das economias nacionais e seu dogma se esparramou pelos confins do mundo.

Isso nos revela que as poucas corporações globais não possuem fidelidade às estratégias de desenvolvimento econômico nacional. Largam os estados nacionais e suas populações cada vez mais à própria sorte. Trauma que Oswald Andrade nos alertava "Organizemo-nos enfim, a nossa vida nacional. Estamos cansados de viver entre a loteria e a esmola".

Na mesma toada, sobre os limites do Estado nacional lembrava-nos, Robert Kurz "O Estado é cada vez menos o 'capitalista ideal' (Marx) com voz de comando ativa sobre o estoque da economia nacional". Em momento de crise econômica, predomina o saque da poupança nacional como forma de garantir a taxa de lucro em alta. Entretanto, torna-se impossível a curto e longo prazo insistir em uma economia tão restritiva de desmonte da infraestrutura do país, endividamento da classe média, levando-a à pauperização econômica e, por fim, aumentando a população de trabalhadores desempregados ou em condições de subemprego.

A implicação direta desta crise econômica impôs uma desintegração dos contratos sociais, criando a instabilidade como máxima para garantir o controle, a partir do medo e terror. Entre as consequências diretas dessa política encontra-se a "guerra civil mundial", impregnada nos países e suas cidades, tornando-as vi-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

olentas. É uma marca do tempo em que vivemos que cria uma barbárie insolúvel, pois as estratégias neoliberais possuem uma visão claustrofóbica. Criam pânico, desespero, depressão para a parcela cada vez maior da população mundial - os excluídos. Precisamos de dissensos ao desmonte desse consenso neoliberal, tão violento ao impedimento dos direitos fundamentais.

Nos momentos de crise, a tendência é de criar soluções domésticas, encapsuladoras, restritas à administração doméstica (oikonomia) permeada por condicionantes moralistas e conservadores numa comunhão plena entre Estado e casa. Como sintoma dessa crise, surge o Ministério da Família, que busca ajustar essa visão restritiva do direito no que tange às relações familiares, para inibir o convívio mediado pelo princípio da solidariedade, da igualdade/isonomia, planejamento, responsabilidade parental e a própria constituição das famílias.

Nos últimos anos, avançamos na compreensão do princípio da pluralidade das famílias, que alargou os vínculos para fora do parâmetro matrimonial, ampliando outras manifestações afetivas capazes de garantir a variedade de laços e arranjos familiares incorporando a proteção às famílias homoafetivas, monoparentais, ensambladas, união estável, individualista, subjetivada e

eudemonista. Diante de tanta diversidade, existe um jogo perigoso e trágico que é a nucleação da família tradicional em autoproteção excessiva, ambiente propício à violência, abusos e feminicídio. Como a própria Ministra Damaris justificou, que a insubordinação das mulheres seria a gênese da misoginia e do feminicídio.

Essa política brasileira criou uma série trágica, capaz de superar o escritor Horácio Quiroga, em que enfrentou o triângulo entre amor, loucura e morte. Mas o refino do mau gosto já estava no bordão do Messias: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos". Resta-nos o carnaval com sua força lúdica de espetáculo da democracia das massas. A letra da Gaviões da Fiel, "A saliva do santo e o veneno da serpente", denunciou como a serpente venceu Santo Antônio. Ou nos versos do samba-enredo da Mangueira "história pra ninar gente grande": "Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento / Tem sangue retinto pisado / Atrás do herói emoldurado / Mulheres, tamoios, mulatos / Eu quero um país que não está no retrato".

A nostalgia de 1964 se configura como uma cortina de fumaça para esconder o amadorismo incompetente e vazio dessa política que ainda insiste no clima da eleição com suas fantasias e dogmas. Sobra somente a nostalgia do cadáver.

Diretoria da APROPUC-SP

MOVIMENTOS SOCIAIS

Padre Julio Lancellotti é ameaçado de morte por sua atuação

O coordenador da Pastoral da População de Rua e ex-conselheiro do Conselho Universitário da PUC-SP, padre Júlio Lancellotti, foi ameaçado de morte nas redes sociais por sua participação na remoção dos moradores da Favela Cimento.

No sábado, 23/3, soldados da Guarda Civil Metropolitana (GCM) iniciaram a remoção, de forma violenta, dos moradores da chamada Comunidade do Cimento, que fica na Zona Leste. A GCM usou balas de borracha contra os moradores, ferindo vários deles em uma intervenção que culminou com o incêndio da favela. A versão que

circulou pela imprensa é que os moradores atearam fogo aos barracos, porém padre Júlio desmente tal informação dizendo que os moradores seriam incapazes de atear fogo às próprias moradias.

Segundo a Rede Brasil Atual, as remoções autorizadas pela Justiça localizam-se, via de regra, em regiões de especulação imobiliária.

Os moradores da favela encontram-se hoje em situação precária, instalados em barracões improvisados e precisam de doações de alimentos, produtos de higiene, roupas e mantimentos para crianças, como mamadeiras e fraldas. A

APROPUC está recebendo em sua sede doações que serão remetidas para a Pastoral dos Moradores de Rua comandada pelo padre

Júlio. A entidade dos professores, assim como o Consun, emitiu uma nota em solidariedade ao padre Júlio Lancellotti.

Nota de apoio ao padre Júlio Renato Lancellotti

A Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC) presta solidariedade ao padre Júlio Renato Lancellotti que vem sofrendo toda sorte de ameaças, inclusive de morte, por seu trabalho de defesa da população em situação de rua em São Paulo, e, recentemente, de defesa das vítimas do incêndio na Favela do Cimento. Repu-

damos veementemente qualquer tipo de intimidação e violência covarde dirigidos ao padre Júlio.

Saudamos seu trabalho de defesa e proteção dos direitos humanos da população excluída e invisibilizada pelo poder público e apoiamos suas ações junto à Pastoral da População de Rua.

Diretoria da APROPUC-SP



Manifestação de familiares de presos e desaparecidos políticos do regime militar

Ato rememora a barbárie do golpe militar de 1964

A APROPUC, AFAPUC, Comissão da Verdade, Reitoria e CAs da PUC-SP realizam nesta segunda-feira, 1/4, um ato na prainha do campus Monte Alegre em mais um repúdio contra a instauração do regime militar em 1964.

Além das diretorias das associações deverão estar presentes as professoras Rosalina Santacruz e Yvone Avelino, quem foram torturadas durante o período de exceção iniciado em 1964, e as professoras Heloisa de Faria Cruz e Marijane Lisboa, da Comissão da Verdade da PUC-SP, além da reitora Maria Amália Andery e do Pró-reitor Comunitário Antonio Carlos Malheiros

O ato se soma a uma série de manifestações em todo o território nacional em repúdio ao arbítrio e à repressão que se iniciaram no país com o golpe militar.

Em São Paulo acontece no domingo, 31/3, um ato na Avenida Paulista. A ideia é que as pessoas se vistam de preto em sinal de protesto.

O ex-capitão Jair Bolonaro, que tem como ídolo confesso o torturador Carlos Brilhante Ustra, na contramão deste repúdio, pediu que os quartéis comemorem a data, ordenando ao ministro da defesa que se faça as comemorações devidas. O ato gerou amplo repúdio e o Ministério Público Federal (MPF) emitiu nota afirmando que o apoio da Presidência da República ou de altas autoridades ao golpe configura crime de responsabilidade.

A PUC-SP durante a ditadura militar

A PUC-SP foi uma das instituições de ensino que mais sofreram sob o jugo dos ditadores de 64. Segundo o relatório da Comissão da Verdade da PUC-SP cinco estudantes da universidade foram torturados e morreram nos porões do regime militar:

Carlos Eduardo Pires Fleury, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi estudante da Faculdade de Direito e morreu em dezembro de 1971. O relato dos órgãos de segurança é extremamente contraditório e questionado pela família. Em decisão de 18/3/1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) protocolou o caso de Carlos Eduardo Pires Fleury sob o número 186/96 e reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela sua morte.

Cilon Cunha Brum, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais no curso de Ciências Econômicas em 1969. Desapareceu supostamente em 27/2/1974, no Araguaia, em razão de sua militância no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Participou ativamente do movimento estudantil da PUC-SP chegando a presidir o CA Leão XIII da FEA e a diretoria do Diretório Central de Estudantes (DCE Livre da PUC)

José Wilson Lessa Sabbag, depois de cursar a Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, em São José dos Campos, em

1966, transferiu-se para o terceiro ano do curso de Direito da PUC-SP. Em outubro de 1968, cursando o 5º ano de Direito, José Wilson foi para o Congresso da UNE, em Ibiúna, sendo preso e, à diferença da maior parte dos estudantes que foram logo soltos, permaneceu detido por cerca de dois meses. Foi morto pela repressão militar em setembro de 1969, quando militava na ALN.

Luiz Almeida Araújo ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento da PUC-SP, no curso de Ciências Sociais, em 1967. Nesse mesmo ano foi preso ainda como integrante do movimento estudantil, mas já militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 24/6/1971, foi sequestrado nas imediações da Avenida Angélica, em São Paulo, após transportar um dirigente nacional da ALN em seu carro. Consta em um Relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, com informações sobre pessoas consideradas desaparecidas que, no mês de agosto de 1971, Luiz Almeida Araújo "teria sido dado como morto", segundo o Dossiê Ditadura.

Maria Augusta Thomaz, em 1968, com 19 anos, ingressou no curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Sedes Sapientiae agregado à PUC-SP. Após participar do sequestro do embaixador americano, Charles

Burke Elbrick foi para Cuba. Voltou ao Brasil em 1973. O Relatório do Ministério do Exército, em 1993, afirma que Maria Augusta "teria sido morta numa fazenda em Rio Verde (GO), no dia 17/5/73".

Na PUC-SP há um memorial permanente no hall de entrada do Tucarena, em homenagem aos cinco militantes que ali estudaram e que integram a lista de mortos e desaparecidos políticos do país, vítimas da ditadura civil-militar.

Em 1977 a PUC-SP foi invadida pelas tropas do secretário da Segurança, coronel Erasmo Dias, que prendeu mais de mil estudantes e feriu uma série de manifestantes que realizavam um ato em frente ao TUCA.

A sanha do regime militar contra a PUC-SP persistiu durante todo o período da ditadura: o TUCA por duas vezes foi incendiado em setembro e dezembro de 1984, obrigando a comunidade e boa parte da sociedade civil a realizarem uma grande campanha para a reconstrução do teatro. Hoje as paredes expostas revelam as marcas da barbárie de um regime autoritário e repressivo.

Os dados acima foram retirados do Relatório Final da Comissão da Verdade da PUC-SP. A íntegra pode ser consultada em <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/home.html>.

ROLA NA RAMPA

Debate sobre previdência enfatiza ataque aos trabalhadores

Na quinta-feira, 28/03, no auditório 117-A, aconteceu o debate "Contra reforma da previdência: arrocho, violência e ataque à classe trabalhadora."

Organizado pela Apropuc e Afapuc, o debate reuniu Aquilas Mendes (professor doutor do Departamento de Economia e do Programa de Pós Graduação em Economia Política da PUCSP), Camila Ugino (professora do Departamento de Economia da PUCSP) e Nair Gadelha (pesquisadora na área de Ciências Sociais, com ênfase em políticas públicas e exclusão social).

A classe trabalhadora vem enfrentado nos últimos anos uma série de ataques a seus direitos. A falta de assistência social, saúde, educação e uma

previdência que é saqueada desde 1990, são questões agravadas com o passar dos anos. A PEC da previdência, proposta pelo governo Bolsonaro, representa a retirada de mais uma série de conquistas alcançada pelos trabalhadores. Os debatedores também se debruçaram sob temas como consequências da contra reforma; emendas de 1998 e 2003; desmonte dos direitos trabalhistas; seguridade social; desconstitucionalização; argumentos frágeis da reforma; crise mundial do capitalismo de longa duração; orçamento federal; BPC (Benefício de Prestação Contínua de Assistência Social); assistência social; saúde; DRU (Desvinculação de Receitas da União); regime de capitalização; reforma e empobrecimento do Chile.



STEFANMATIOS

A mesa do debate que discutiu a reforma da previdência

APROPUC retoma publicação de revistas

A APROPUC retomará a publicação de suas revistas, agora em plataformas virtuais. A Revista PUCviva deverá ter como tema "a Crise na Educação" e os artigos deverão ser enviados até 30/4 para publicação. Os textos deverão ter no máximo 14 mil caracte-

res com espaço. Já a revista Cultura Crítica abordará "Cultura no Fascismo", podendo os artigos serem entregues até a mesma data com igual tamanho. Ambas as revistas possuem ISSN o que permitirá aos autores a inclusão do mesmo em seus currículos.

Continuam as negociações na educação básica

A assembleia dos professores da educação básica, realizada no Sinpro-SP no sábado 23/3, rejeitou a contraproposta do Siseesp para assinatura de nova Convenção Coletiva e autorizou a

retomada das negociações. A categoria reafirmou o compromisso com as principais reivindicações e, agora, deve intensificar a mobilização até nova assembleia, marcada para 13/4.

NEATS discute gestão da crise pós-calamidade

O Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor da PUC-SP (NEATS) promoverá, no dia 4/4, no auditório 100, a partir das 9h, a palestra "Visão intersetorial e a gestão da crise pós-cala-

midade". O encontro abordará a questão intersetorial e a gestão da crise pós-advontos de calamidades públicas, tendo como pano de fundo o caso de Mariana/Samarco e Brumadinho.



As associações de professores e funcionários da PUC-SP participaram ativamente das manifestações do último dia 22/3 contra a Reforma da Previdência. Acima os funcionários durante a manifestação.

Professor pode pagar contribuição sindical pelo site do Sinpro-SP

O Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP) está disponibilizando em seu site um link para que os professores paguem a contribuição sindical. O docente poderá acessar o site <http://www.sinprosp.org.br> e na página inicial será encontrado um link para a emissão do boleto. O professor

deverá informar seu CPF e a instituição onde leciona, bem como o seu salário. O programa calculará o valor a ser pago até o dia 30/4. O sindicato lembra que, por questões operacionais, o pagamento não poderá ser feito antes de duas horas depois que o boleto for emitido.